



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018 – 2022)

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 2 DE ABRIL DE 2019

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfin Neves

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
Anaydi Ferreira
Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 11 horas.

Foram aprovadas, em votação final global, as propostas de lei n.ºs 01/XI/1.ª/2019 – Grandes Opções do Plano e 02/XI/1.ª/2019 – Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2019.

No fim, proferiram declarações finais os Líderes Parlamentares do PCD/MDFM-UDD (Danilson Cotú) e do MLSTP/PSD (Amaro Couto), e o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Jorge Bom Jesus).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 11 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 11 horas

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d'Oliveira

Adilson Cabral Managem

Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos

Alexandre da Conceição Guadalupe

Anaydi dos Prazeres Ferreira

Arlindo Quaresma dos Santos

Arlindo Ramos

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento

Carlos Alberto Pires Pinheiro

Carlos Manuel Cassandra Correia

Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço

Domingos José da Trindade Boa Morte

Ekneide Lima dos Santos

Esmaiel da Glória Espírito Santo

Idalécio Augusto Quaresma

Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

Levy do Espírito Santo Nazaré

Mário Fernando de Jesus Rainho

Olinto da Silva e Sousa Daio

Orlando Borges da Mata

Paulo Jorge Carvalho

Policarpo Viegas d'Oliveira Freitas

Sebastião Lopes Pinheiro

Silvestre Moreno Mendes

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa

Aérton do Rosário Crisóstomo

Amaro Pereira de Couto

Américo Cravid Pereira Pinto

Ana Isabel Meira Rita

António das Neves Sacramento Barros

António Quintas do Espírito Santo

Arlindo Barbosa Semedo

Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos Santos

Cristina Maria Fernandes Dias

Danilo Neves dos Santos

Deolindo Luís da Trindade da Mata

Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva

Hélder dos Santos Ceita Joaquim

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Jaime Pires Sequeira de Menezes

Jerónimo Lima Pires Quaresma

José Rui Cardoso

Leonilda Maria Trovoada de Andrade Pires dos Santos

Maiquel Jackson do Espírito Santo

Manuel Vicente

Paula Maria Fonseca Tavares

Raúl do Espírito Santo Cardoso

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Danilson Alcântara Fernandes Cotú

Delfim Santiago das Neves

Felisberto Fernandes Afonso

Jamiel Joana Segunda

Jorge do Espírito Santo Cravid

Movimento de Cidadãos Independentes

António dos Reis Faleiro

Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

Vamos retomar os nossos trabalhos, dando sequência à sessão da Sexta-feira passada, onde concluímos a discussão e aprovação das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, na especialidade.

Hoje, vamos efectuar a votação final global destas duas propostas.

Como é do conhecimento dos Srs. Deputados, neste período não há discussão, apenas a votação das propostas.

Peço aos Serviços para convidarem o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do Governo, para ocuparem os respectivos lugares.

Pausa.

Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, bom dia.

Como eu já havia dito, antes de estarem na Sala, vamos retomar os trabalhos, passando à fase final global, e neste período não se prevê discussão. Por isso, a Mesa submete à votação final global a proposta de lei das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2019.

Submetida à votação, foi aprovada com 30 votos a favor, do MLSTP/PSD, do PCD/MDFM-UDD e do MCI, e 23 abstenções, do ADI.

Passemos, de seguida à votação final global da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2019.

Submetida à votação, foi aprovada com 30 votos a favor, do MLSTP/PSD, do PCD/MDFM-UDD e do MCI, e 23 abstenções, do ADI.

O Regimento prevê que, caso queiram, os grupos parlamentares podem fazer, de forma oral, as declarações de voto, ou também por escrito.

Algum grupo parlamentar pretende fazer declaração de voto?

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. Ministras, Excelências, bom dia.

Após 5 dias de trabalho árduo voltado para a análise do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano, a Coligação PCD/MDFM-UDD reuniu-se e, na senda daquilo que já tinha sido o nosso posicionamento, aquando da votação na especialidade desses documentos, entendemos votar a favor dos diplomas em causa. Fizemo-lo, porque entendemos que, tendo em conta a difícil situação de vida do povo são-tomense, há imperiosa necessidade de se dar alento, de se dar uma palavra ou um gesto de esperança de dias melhores a este povo.

Da análise que fizemos dos documentos que foram aprestados a esta augusta Assembleia, entendemos que, conjugando a vontade de trabalho que já tem sido demonstrado pelo Governo e os documentos em causa, estaremos e estamos certos de que um passo será dado, rumo a dias melhores, para o povo de São Tomé e Príncipe. Por isso, o nosso Grupo Parlamentar entendeu, com o voto a favor, demonstrar ao povo de São Tomé e Príncipe o nosso compromisso de, juntos com o Governo, dar passos na promoção do crescimento económico, no combate ao desemprego, proporcionando ao povo de São Tomé e Príncipe dias mais felizes.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

Aplausos do PCD/MDFM-UDFD, do MLSTP/PSD e do MCI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, bom dia.

Nós acabamos de aprovar, em votação final global, os dois textos fundamentais para a acção governativa, designadamente, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado. São dois textos essenciais para o bom funcionamento do Estado.

Nas Grandes Opções do Plano, a escolha focou em dois eixos fundamentais: crescimento económico para criação de empregos e maior coesão social.

O Orçamento, como não podia deixar de ser, vem dar expressão prática a essas opções e é um documento de projecção indicativa. Congratula-nos por ver que este documento estrutura formas de arrecadação das receitas, para sustentar efectivamente essa execução do Orçamento, pois o que é essencial no fim é que as obras fiquem feitas e que materialmente as indicações do Orçamento fiquem concretizadas.

O Tesouro entra com uma grande percentagem das receitas, depois temos, como sabemos, o capítulo de investimentos; uma proporção alta de donativos e empréstimos. São cerca de vinte e dois parceiros elencados para captação das receitas externas para investimento, entre bilaterais e multilaterais, dentre eles, 3 grandes parceiros, que constituem mais de 60% do financiamento para investimento. Estou a falar da República Popular da China, da Guiné Equatorial e de Angola, por ordem decrescente.

O importante aqui, Sr. Primeiro-Ministro, como eu já disse, é que no final as obras fiquem feitas. Nós vemos que a captação dos donativos, em 2018, ficou por volta de 39,9%. Esperemos que aqui consigamos ter melhores resultados para este ano. São vinte e dois parceiros entre multilaterais e bilaterais. É preciso dizer que cada um tem as suas regras de disciplina financeira próprias. Cada um tem as suas regras de desembolso financeiro próprias, o que vai exigir, dos funcionários públicos e dos nossos políticos, muita capacidade, muito traquejo, muito profissionalismo, muita habilidade e muita negociação, para podermos efectivamente concretizar essas indicações financeiras que estão no Orçamento.

Estou convencido de que o Sr. Primeiro-Ministro e a sua equipa saberão desenvolver as melhores habilidades neste sentido. E estou convencido de que no final, quando fizermos a análise da execução do Orçamento de 2019, estejamos em condições de encontrar efectivamente a obra feita.

Foi nesta convicção que o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD votou favoravelmente este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano, na perspectiva e no sentimento profundo de que este Governo saberá levar a cabo as arrecadações das receitas necessárias para a concretização das despesas, ou seja, para a concretização das obras que estão projectadas no Orçamento Geral do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder do Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Regimento não prevê nem veda a possibilidade de o Governo, querendo, usar da palavra nesta fase, também para fazer uma breve intervenção, se for o caso disso.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, bom dia, saudações extensivas à Mesa da Assembleia.

Queria cumprimentar a augusta Assembleia, as Sras. e os Srs. Deputados, cada um em particular.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, Excelências: Chegamos ao fim de mais um exercício anual que, longe de ser uma mera rotina, é um pilar fundamental do Estado, pois pauta o comportamento de todos os decisores a todos os níveis.

Trata-se de um exercício de elevada responsabilidade que compromete a todos. De um lado, temos necessidades, expectativas e até aspirações. De outro, temos recursos escassos, alguns poucos disponíveis, outros a colectar, através dos impostos, mas a grande maioria a mobilizar, na base de entendimento, de acordos, promessas dos nossos parceiros, a quem rendo aqui tributo pelo apoio.

Numa palavra, fizemos um exercício de revisão, aconselhados por experiências passadas que nos ensinaram que nem sempre o que prevemos na base de compromissos assumidos com os parceiros se concretiza no momento em que necessitamos e ao ritmo que esperamos, estando sujeitos a circunstâncias que não controlamos. Esta é a nossa realidade, num contexto de pobreza que persiste e se agrava, num cenário de crescimento anémico, registado nos últimos dois anos e de um défice orçamental de 2018 que ultrapassou o programado em vários pontos percentuais, contrariamente aos anúncios triunfalistas que fomos ouvindo.

Apesar dessas limitações, o Orçamento, enquanto instrumento de política económica, pretende ultrapassar esses constrangimentos, propondo metas e medidas de política que revertam a trajectória do défice e do crescimento económico, aumentem as nossas reservas líquidas e atendam de maneira paulatina à situação dos mais carenciados e excluídos. Daí a opção de assumirmos apresentar diante de vós uma proposta realista e pragmática, sujeita ao escrutínio de Vossas Excelências, nos termos regimentais.

Não vamos fugir à prestação de contas. Não vamos adoptar práticas obscuras e fugir à vossa fiscalização e controlo. Os problemas são do País e cabe ao Governo dar as respostas possíveis, em estreita comunhão com os outros órgãos de soberania e com a participação plena dos cidadãos.

Uma condição fundamental neste exercício é termos a consciência clara de que os sacrifícios que são exigidos têm de ser assumidos de maneira equitativa por todos.

Não podemos exigir privilégios para uns poucos e sacrifícios para a maioria. Só quando assumirmos colectivamente essa postura poderemos comprometer todos da execução deste Orçamento.

Minhas senhoras e meus senhores, hoje é assente que o Estado não está em condições de promover sozinho o crescimento da nossa economia. O sector privado assume papel particular na mobilização de investimentos e na concretização do potencial de vários sectores da nossa economia. Infelizmente, muitos agentes do Estado, a vários níveis, continuam a tratar os agentes do sector privado como um mal necessário, que só merece consideração quando propicia vantagens pessoais. Ser rigorosos na defesa dos interesses nacionais implica abertura de espírito para lidar com o que é novo, com aquilo que não se encaixa nas nossas rotinas e preconceitos em simultâneo com a defesa intransigente dos normativos legais.

Uma administração pública moderna implica agentes motivados para dar tratamento sério, célere e dinâmico às propostas do sector privado, acarinhando iniciativas, ajudando a ultrapassar obstáculos e não utilizando dificuldades reais para matar iniciativas promissoras.

Trabalho, empregos melhor remunerados e impostos só podem surgir numa economia que cresce de maneira sustentada. Precisamos de uma nova cultura para lidar com o sector privado. Os agentes privados precisam de confiança e previsibilidade que só um sistema de justiça sério, credível e célere pode garantir.

Como disse atrás, tirar o nosso país do fosso em que se encontra é tarefa de todos os órgãos de soberania, que devem colaborar na prossecução do bem comum.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é neste contexto que quero destacar, entre outras, 3 medidas de políticas inscritas neste Orçamento.

Primeira, o desagravamento, em 50%, das sobretaxas aduaneiras previstas no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 21/2016, de 17 de Novembro.

Segunda, o desagravamento em um terço do valor da taxa de imposto de consumo de bebidas espirituosas, previstas na tabela constante do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 13/2016. Essas duas medidas visam o aumento da importação e a baixa do preço ao consumidor final.

Terceira, isenção de direitos aduaneiros relativos à importação da ração animal e matéria-prima necessária à sua produção local. Esta última medida em particular deve merecer especial atenção do Ministério da Agricultura, no sentido de garantir que os seus efeitos não fiquem restringidos aos importadores, mas que tenham impacto positivo junto dos actores e processos relativos à produção do sector pecuário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao terminar, quero agradecer a contribuição patriótica de todos e, em particular, as contribuições que se dignaram a dar para a melhoria deste Orçamento Geral do Estado, o primeiro desta Legislatura, na certeza de que a vossa contribuição será contínua e permanente até a avaliação dos resultados concretos de execução orçamental.

Os projectos inscritos nos diversos sectores têm um só objectivo, melhorar as condições de vida do nosso povo, criando as condições para o sustentado crescimento da nossa economia.

No que toca ao Governo, tomarei as medidas administrativas de seguimento e de controlo, necessárias ao seu cumprimento.

Que Deus nos ajude, que todos contribuam com o melhor das suas capacidades e a disponibilidade para o bem de São Tomé e Príncipe!

Muito obrigado pela vossa atenção!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Concluído que foi o nosso trabalho de aprovação final global das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, o Governo dispõe, neste momento, de dois importantes instrumentos para execução dos projectos e acções, previstos nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento Geral do Estado.

Estamos a encerrar a sessão, os membros do Governo poderão retirar-se, mas peço que os Deputados se mantenham na Sala, pois temos algumas informações a prestar.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer às Sras. e Srs. Deputados pelo esforço feito neste período, previsto no Regimento, de férias parlamentares, em que se trabalhou a todo o tempo, ultrapassando a hora prevista, quer na agenda quer no Regimento. Iremos retomar os nossos trabalhos no dia 23, ao invés do dia 15 de Abril, mas é preciso frisar que a retoma dos trabalhos é automática. Portanto, no dia 15 de Abril, a Assembleia estará a funcionar em pleno. O dia 23 será a próxima reunião plenária.

Quero agradecer também a presença do Sr. Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo, pelo árduo trabalho aqui ocorrido, e a elegância havida nas discussões.

Esperemos que este ano nos traga melhorias, porque o povo assim espera!

Bem-haja a todos!

Declaro encerrada a sessão.

Eram 11 horas e 40 minutos.